

Escola pública

Contributo para uma reflexão

■ **ARIANA COSME***
E RUI TRINDADE**

O debate sobre a Escola Pública é um debate que já não admite reflexões ingénuas ou heróicas. Os interesses em jogo são tão diversos que as leituras sobre essa instituição têm que ser forçosamente distintas. Daí que tenhamos deixado de alimentar ilusões acerca da possibilidade de estabelecer consensos universais em torno das finalidades, do financiamento, das modalidades de administração ou dos projectos e das modalidades de gestão curricular e pedagógica da Escola Pública.

Dito isto, compreender-se-á melhor que tenhamos necessidade de começar por clarificar neste texto que a reflexão que propomos se faça a partir da perspectiva daqueles que vinculam o debate sobre esta instituição ao debate mais amplo sobre as exigências, os compromissos e os valores que, em princípio, deveriam nortear a vida nas sociedades democráticas. Perspectiva esta que justifica a opção por abordar as finalidades da Escola Pública e a configuração da acção docente como temáticas a privilegiar neste texto, não porque sejam as únicas dimensões a considerar, mas porque são duas temáticas incontornáveis do debate a fazer, tendo em conta a perspectiva em que nos posicionamos.

Como mediadores pedagógicos, os professores terão que assumir um papel nuclear como gestores do currículo e organizadores de ambientes de aprendizagem



FOTO DE ANTÓNIO XAVIER

“ Os professores terão que se afirmar como profissionais reflexivos, o que nos coloca

Finalidades e natureza da acção educativa da Escola Pública

Um dos maiores problemas com que, hoje, se debate a Escola Pública tem a ver com a perspectiva, nem sempre explícita, através da qual se tendem a desvalorizar as suas finalidades educativas face às suas finalidades sociais, enquanto resposta generosa que, sob a capa da sua afirmação como um espaço inclusivo, contribui para definir essa mesma escola como um contexto marcado mais por preocupações de natureza filantrópica do que por preocupações de carácter cultural. Trata-se de uma perspectiva que, importa reconhecê-lo, se tem vindo a construir em função das exigências de universalização do acesso à Escola e, subsequentemente, em função das dificuldades que esta mesma Escola sente em cumprir os propósitos da universalização do sucesso escolar, devido às manifestas dificuldades em lidar com os alunos oriundos de meios socialmente desfavorecidos. É como resposta a tais dificuldades que as escolas, sobretudo aquelas que se situam em comunidades marcadas por fenómenos de exclusão social, tendem a configurar o sucesso escolar dos seus alunos a partir de outros critérios onde a dimensão cultural do processo de formação tende a ser menorizada.

Eis-nos, assim, perante uma estratégia que, entre outras coisas, exprime as dificuldades em configurar a acção educativa nesses contextos educativos a partir de outros pressupostos e de outras dinâmicas relacionadas com a organização e a gestão do trabalho pedagógico no espaço das salas de aula e, posteriormente, com a gestão de todo o tipo de actividades que possam ter lugar nas escolas, relacionado com a actividade docente.

Há que reconhecer que a Escola, como uma instituição educativa incontornável na sociedade em que vivemos, terá que ser compreendida à luz da apropriação de uma fatia decisiva do património cultural disponível, enquanto condição do processo de afirmação e desenvolvimento das crianças e dos jovens no seio dessa mesma sociedade. É aliás, em nome da apropriação de um tal património, entendido como um conjunto de informações, instrumentos, procedimentos, atitudes e valores a partilhar, que decorre a necessidade de entendermos a construção da Escola Pública como um bem comum. Não se pode, por isso, dissociar a dimensão

cultural da dimensão da formação pessoal e social das crianças e dos jovens no seio das escolas, não só porque a segunda não é exequível se não se valorizar a primeira, do mesmo modo que esta acaba por ser afectada quanto ao seu impacto e pertinência se não contribuir para que uma tal formação possa ocorrer. É que a formação pessoal e social como dimensão transversal que as escolas deverão assumir nem se pode circunscrever ao domínio das competências psicológicas, sociais e relacionais, nem tão pouco pode ser dissociada do contacto com os dispositivos culturais em função dos quais não só modelamos a nossa visão sobre mundo, como o interpretamos e agimos sobre ele.

O que defendemos é que é crucial compreender que o futuro da Escola Pública como uma instituição educativa, e não como uma instituição confinada à reabilitação social daqueles que a frequentam, depende da sua afirmação como um pólo de desenvolvimento cultural, de tal modo que se possa considerar, finalmente, que essa instituição só poderá honrar os seus compromissos sociais se souber honrar os seus compromissos educativos.

Em suma, importa compreender que a configuração da Escola Pública como um espaço tendencialmente democrático, se depende, por um lado, de uma clarificação das suas finalidades institucionais, depende, também, de uma clarificação das opções que dizem respeito às modalidades de operacionalização curricular, pedagógica e didáctica, em função das quais tais finalidades são passíveis de adquirirem corpo e forma.

Professores e Escola Pública: Desafios e interpelações

É a partir do reconhecimento da importância desse processo de operacionalização educativa que o papel dos professores adquire importância no âmbito do debate sobre a Escola Pública. Na nossa perspectiva são as actividades de mediação curricular e pedagógica que constituem a dimensão nuclear que permite identificar e caracterizar esse trabalho, já que é em função de tais actividades que adquirem sentido o trabalho com outros professores, o investimento em programas de carácter sócio-educativo, o envolvimento em projectos de assessoria pedagógica, de formação e de auto-formação ou o trabalho com outros actores e instâncias

perante um problema difícil de resolver quando o novo estatuto da carreira e a avaliação de desempenho, decorrente de um tal estatuto, apontam para a via da sua funcionarização”

exteriores às escolas.

Responde-se, assim e por esta via, às objecções com que António Nóvoa (*Evidentemente*, Porto: Ed.Asa, 2005) nos confronta quando se refere ao fenómeno do transbordamento das funções a que os professores, hoje, se encontram sujeitos quando aceitam enfrentar desafios que transcendem a vocação e o âmbito da sua intervenção como educadores. Importa, por isso, afirmar que a reconfiguração da profissão docente, entendida em função da necessidade da Escola Pública se assumir como um bem comum, tem mais a ver com a redefinição da organização e gestão do trabalho pedagógico nas salas de aula do que com o alargamento e a diversificação das tarefas dos professores.

A afirmação de uma Escola Pública congruente com um tal propósito exige, assim, que os docentes que nela intervêm tenham que pensar a sua acção a partir de outros princípios estratégicos que, por sua vez, exprimam outros compromissos epistemológicos, curriculares e didácticos. Compromissos estes que constituem a expressão de uma opção por uma educação escolar que recusa a instrução como modo de acção pedagógica, não por pretenderem minorizar o património de saberes de que podemos dispor ou o papel dos professores como actores educativos incontornáveis no seio das escolas, mas, antes, porque a instrução, ao recusar o singular, ao reprimir a diversidade e ao promover a desconfiança face à inteligência e ao humano, é contrária à racionalidade educativa que deveria inspirar a educação escolar numa sociedade democrática. Deste modo, pode afirmar-se, de forma genérica, que os professores, neste âmbito, terão que perder centralidade pedagógica para poderem afirmar a sua importância educativa,

o que significa, apenas, que a acção docente tem que deixar de ficar confinada ao acto de ensinar, para ser concebida de uma forma mais ampla, a partir da valorização do papel dos professores quer como interlocutores qualificados, quer como mediadores pedagógicos. Será, assim, em nome do referido papel de interlocução que a acção docente se passa a definir em torno do: (i) contributo que possa conduzir os alunos a aprenderem a gerir e a utilizar recursos e instrumentos culturais; (ii) do estímulo e do apoio que prestam a esses alunos para que estes se apropriem da informação disponível e possam aprender a reflectir quer sobre essa mesma informação, quer sobre o processo que conduziu à sua apropriação e (iii) do apoio que disponibilizam para que os alunos desenvolvam competências ao nível da organização dos espaços, dos tempos e das actividades a realizar no âmbito das respectivas salas de aula. Como mediadores pedagógicos, os professores terão que assumir, por sua vez, um papel nuclear como gestores do currículo e organizadores de ambientes de aprendizagem, capazes de potenciar a actividade organizada e intencional dos alunos, sem os deixar entregues à sua sorte, mas também não fazendo por eles aquilo que só a eles compete fazer.

Neste sentido, os professores terão que se afirmar como profissionais reflexivos, o que nos coloca perante um problema difícil de resolver quando o novo estatuto da carreira e a avaliação de desempenho, decorrente de um tal estatuto, apontam para a via da sua funcionarização. Uma tendência que a aprovação do novo regime jurídico de gestão das escolas públicas reforça, quando investindo, em nome do rigor e da eficácia, na concentração de poderes, pode abrir as portas às atitudes de obediência cega e muda. Atitudes estas que impedem a possibilidade de se produzir olhares dotados de alguma autonomia, eventualmente iconoclastas, e implicados, não por obrigação mas por opção claramente assumida, sem os quais não seria possível garantir o tipo de interlocução que uma Escola Pública culturalmente pertinente e politicamente democrática deveria promover. ●

* Professores da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação na Universidade do Porto